

Demonstrações  
Financeiras

**2019** ↗



## Sumário

### **Demonstrações Financeiras**

**03**

Balancos Patrimoniais

03

Demonstração do Resultado

04

Demonstração de Resultados Abrangentes

04

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

05

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

06

Demonstração do Valor Adicionado

07

Notas Explicativas da Administração

08

### **Administração**

**17**

### **Relatório dos Auditores Independentes**

**17**

### **Parecer do Conselho Fiscal**

**19**

### **Resumo e Conclusões do Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário**

**19**



## ➤ Balanços Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de Reais)

ATIVO	Nota	2019	2018
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	11	27
Títulos e valores mobiliários	5	329	224
Contas a receber:			
Sistema Petrobras	7(a)	256	328
Tributos antecipados	8(e)	118	85
Demais ativos circulantes		12	12
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>726</u>	<u>676</u>
<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais		2	2
		<u>2</u>	<u>2</u>
Imobilizado	6	1.735	1.797
Intangível - softwares	7	7	9
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>1.744</u>	<u>1.808</u>
<b>Total do Ativo</b>		<u><u>2.470</u></u>	<u><u>2.484</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	Nota	2019	2018
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		65	43
Provisão para imposto de renda e contribuição social	8	329	168
Contas a pagar, incluindo adiantamentos - empresas do Sistema Petrobras	7(a)	48	63
Dividendos	9(c)	-	293
Tributos a recolher		50	48
Outras contas a pagar		46	58
<b>Total do passivo circulante</b>		<u>538</u>	<u>673</u>
<b>Não circulante</b>			
Contas a pagar, incluindo adiantamentos - empresas do Sistema Petrobras	7(a)	762	783
Obrigações atuariais	18	132	88
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8(a)	472	425
<b>Total do passivo não circulante</b>		<u>1.366</u>	<u>1.296</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	9	203	203
Reservas de lucros		41	41
Ajustes de avaliação patrimonial		(41)	(22)
Dividendos adicionais propostos		363	293
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>566</u>	<u>515</u>
<b>Total do Passivo e Patrimônio líquido</b>		<u><u>2.470</u></u>	<u><u>2.484</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## ➤ Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de Reais, exceto pelo lucro líquido básico e diluído por ação)

	2019	2018
<b>Receita operacional líquida (Nota 10)</b>	<b>1.680</b>	<b>1.553</b>
<b>Custo dos serviços prestados</b>		
Depreciação do gasoduto e de bens operacionais	(182)	(182)
Custo de operação e manutenção (Nota 11)	(236)	(204)
<b>Total do custo dos serviços prestados</b>	<b>(418)</b>	<b>(386)</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.262</b>	<b>1.167</b>
Despesas gerais e administrativas (Nota 12)	(117)	(102)
<b>Lucro operacional</b>	<b>1.145</b>	<b>1.065</b>
Despesas financeiras (Nota 13)	(14)	(44)
Receitas financeiras	22	18
Variação cambial de passivos (Nota 14)	(25)	(140)
<b>Despesas financeiras, líquidas</b>	<b>(17)</b>	<b>(167)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>1.128</b>	<b>898</b>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 8(c))	(383)	(302)
<b>Lucro antes das participações de empregados</b>	<b>745</b>	<b>596</b>
Participações dos empregados	-	(10)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>745</b>	<b>586</b>
Lucro líquido básico e diluído por ação (em R\$)	R\$ 3,66	R\$ 2,88

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## ➤ Demonstração de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de Reais)

	2019	2018
<b>Lucro líquido</b>	<b>745</b>	<b>586</b>
<b>Outros resultados abrangentes:</b>		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Perdas atuariais - Plano de Pensão e AMS	(26)	(19)
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>719</b>	<b>567</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## ➤ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de Reais)

	Capital social	Reserva de Lucros Legal	Outros resultados abrangentes	Dividendo Adicional Proposto	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>203</b>	<b>41</b>	<b>(3)</b>	<b>271</b>	-	<b>512</b>
Autorização da AGO 20/04/18 para pagamento de dividendos	-	-	-	(271)	-	(271)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	586	586
Reavaliação atuarial	-	-	(19)	-	-	(19)
Dividendo mínimo obrigatório (Nota 9 (c))	-	-	-	-	(293)	(293)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	293	(293)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>203</b>	<b>41</b>	<b>(22)</b>	<b>293</b>	-	<b>515</b>
Autorização da AGO 18/04/19 para pagamento de dividendos	-	-	-	(293)	-	(293)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	745	745
Reavaliação atuarial	-	-	(19)	-	-	(19)
Dividendos intermediários (Nota 9 (c))	-	-	-	-	(382)	(382)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	363	(363)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>203</b>	<b>41</b>	<b>(41)</b>	<b>363</b>	-	<b>566</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Demonstração dos Fluxos de Caixa | Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de Reais)



	2019	2018
<b>Atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	745	586
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício e o caixa proveniente das atividades operacionais</b>		
Depreciação do gasoduto (Nota 6)	181	181
Depreciação/Amortização de outros itens do imobilizado e intangível	6	7
Encargos financeiros e variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos, não realizados	17	184
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	134
<b>Variações em ativos e passivos</b>		
Redução (aumento) de contas a receber	73	(210)
Amortização de adiantamentos recebidos da Petrobras	(61)	(68)
Aumento no imposto de renda e contribuição social	423	256
Aumento (redução) nos demais ativos	(35)	32
Aumento (redução) de fornecedores e demais passivos de curto prazo	54	7
	<u>686</u>	<u>523</u>
<b>Caixa gerado nas operações</b>	<b>1.431</b>	<b>1.109</b>
<b>Atividades operacionais</b>		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(262)	(215)
Pagamento de juros a empresas do Sistema Petrobras	-	(16)
Pagamento de juros aos demais acionistas	-	(16)
Pagamento de juros sobre dividendos	(12)	(13)
Pagamento de juros de financiamentos de agências multilaterais de crédito	-	(2)
	<u>(274)</u>	<u>(262)</u>
<b>Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais</b>	<b>1.157</b>	<b>847</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Redução nas aplicações vinculadas	-	6
Investimentos em títulos e valores mobiliários	(105)	(6)
Amortização do principal da Dívida Subordinada da Petrobras	-	(105)
Amortização do principal da Dívida Subordinada aos Demais acionistas	-	(101)
Dividendos pagos	(968)	(542)
Amortização de financiamentos de agências multilaterais de crédito	-	(65)
	<u>(1.073)</u>	<u>(813)</u>
<b>Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamento</b>		
<b>Atividades de investimento</b>		
Adições ao imobilizado	(100)	(29)
	<u>(100)</u>	<u>(29)</u>
<b>Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento</b>		
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(16)</b>	<b>5</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>27</b>	<b>22</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>11</b>	<b>27</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de Reais)



	2019	2018
<b>Receitas</b>		
Serviços de Transporte	2.039	1.874
Outras receitas	4	4
	<b>2.043</b>	<b>1.878</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Custo dos serviços prestados	(130)	(116)
Materiais, energia, serviços e outros	(27)	(25)
	(157)	(141)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>1.886</b>	<b>1.737</b>
<b>Retenções</b>		
Depreciação do gasoduto	(181)	(181)
Depreciação/Amortização de outros itens	(6)	(7)
	(187)	(188)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<b>1.699</b>	<b>1.549</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	22	17
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>1.721</b>	<b>1.566</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal e encargos	190	169
Impostos e contribuições	746	627
Despesas financeiras	40	184
Lucro líquido do exercício	745	586
	<b>1.721</b>	<b>1.566</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1 Contexto operacional

A Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (“TBG” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima constituída em 18 de abril de 1997, que tinha a Petrobras Logística de Gás S.A. - LOGIGÁS como acionista controladora desde 10 de dezembro de 2015. Em 30 de setembro de 2019 a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras incorporou a Logigás, passando a ser a acionista controladora. A Companhia tem sede no Estado do Rio de Janeiro - RJ e uma Central de Manutenção localizada na cidade de Campinas - SP.

A principal atividade econômica da TBG é a operação do Gasoduto Bolívia-Brasil, destinado a transportar gás proveniente da Bolívia e outros países vizinhos, ou produzido em território brasileiro. Também estão contempladas no objeto social da Companhia: promoção de projetos de engenharia, a construção e operação do gasoduto, realização de atividades correlatas e afins no Brasil ou no exterior, que possam contribuir direta ou indiretamente com o objeto social ou que estejam relacionadas a telecomunicação por fibra ótica.

Proprietária e operadora do Gasoduto Bolívia-Brasil, em território brasileiro, a TBG dispõe de capacidade instalada para transportar ininterruptamente até 30,08 milhões de metros cúbicos por dia, ao longo de 2.593 quilômetros de dutos. O trajeto do empreendimento, que passa por 136 municípios, tem início em Corumbá (MS), se estende pelos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, e termina em Canoas (RS).

A operação do trecho norte, que se estende desde a fronteira do Brasil com a Bolívia até o Estado de São Paulo, foi iniciada em julho de 1999 e, a do trecho sul, ligando o Estado de São Paulo ao Estado do Rio Grande do Sul, em abril de 2000.

A recuperação dos investimentos no Gasoduto Bolívia-Brasil está garantida pelos contratos de serviços de transporte com duração de até 40 anos, resumidos a seguir, na modalidade *ship or pay*, na qual os clientes se obrigam a pagar pela capacidade de transporte contratada, independentemente do volume transportado:

**(i) Contrato de transporte de quantidades básicas (TCQ)** - para 18 milhões de m<sup>3</sup>/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2019. A capacidade de transporte disponível a partir de 2020, referente a este contrato, foi oferecida aos carregadores interessados por meio de processo de Chamada Pública, na modalidade de Entrada e Saída, em consonância com a Portaria 472/2017 do MME e as Resoluções nº15/2014 e nº11/2016 da ANP. A TBG encaminhou a Minuta do Edital para a ANP em 2018 e a promoção da Chamada Pública ocorreu a partir de 30 de setembro de 2019. Em 30 de outubro de 2019, a ANP decidiu suspender temporariamente a chamada pública de contratação de capacidade. Em 23 de dezembro de 2019, a ANP permitiu o retorno da chamada pública de contratação de capacidade, autorizando a TBG a divulgar o resultado da etapa de Proposta Garantida e seguir com os trâmites cabíveis para a assinatura dos contratos de serviço de transporte. Resumidamente, foram verificados 2 carregadores vencedores, Petrobras e Gerdau, que celebraram contratos com as capacidades relacionadas a seguir:

Carregadores	Entrada (mil m <sup>3</sup> /dia)		Saída (mil m <sup>3</sup> /dia)	
	2020	2021	2020	2021
Petrobras	18.008	8.000	16.428	1.820
Gerdau	-	-	8,5	-

A contratação do serviço de transporte na modalidade de entrada e de saída é quando um carregador contrata a entrada de gás no gasoduto e um carregador contrata a saída de gás no gasoduto, podendo ser o mesmo nas duas pontas.

**(ii) Contrato de transporte de quantidades adicionais (TCO)** - para 6 milhões de m<sup>3</sup>/dia, com pagamento antecipado e prazo de duração de 40 anos e vigência até setembro de 2041.

**(iii) Contrato de transporte de quantidades complementares (TCX)** - para 6 milhões de m<sup>3</sup>/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2021.

**(iv) Contrato de transporte resultante do Concurso Público de Alocação da Capacidade - CPAC 2007** - para uma capacidade adicional de 5,2 milhões de m<sup>3</sup>/dia no trecho sul do gasoduto, entre Paulínia e Araucária, com prazo de duração de 20 anos e vigência até setembro de 2030.

Os Contratos ora vigentes estão estabelecidos com o cliente Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras, que é a controladora da Companhia.

Em julho de 2019 a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), controladora da TBG, assinou um Termo de Compromisso de Cessação de Prática com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) pelo qual se compromete em alienar sua participação societária na TBG.

## 2 Sumário das principais práticas contábeis

### 2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas financeiras críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas financeiras. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2020.

### 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”).

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhão mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda

funcional utilizada pela Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o valor da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o valor em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.

### 2.3 Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

As receitas são reconhecidas com base no volume de gás natural contratado na modalidade *ship or pay* e as despesas e custos são reconhecidos quando incorridos.

### 2.4 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras incluem os rendimentos ou encargos e variações cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

### 2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

### 2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia possui instrumentos financeiros não derivativos incluindo:

- Caixa e equivalentes de caixa,
- Títulos e valores mobiliários,
- Instrumentos financeiros que incluem as contas a receber e outros créditos,
- Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

### 2.7 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

#### (i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

#### (ii) Ativos não financeiros

Os valores financeiros dos ativos não financeiros, estoques e ativo imobilizado são revistos, pelo menos, a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é avaliado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perda de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa (UGC).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram identificados indícios de perdas tanto nos ativos financeiros como nos ativos não financeiros.

### 2.8 Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da depreciação acumulada. Durante a construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, período pré-operacional da TBG, os juros e demais encargos financeiros dos recursos provenientes dos financiamentos aplicados na construção, líquidos das receitas financeiras, foram acrescidos ao custo do bem.

A depreciação de ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Gasoduto	30
Equipamentos	10
Móveis, utensílios e equipamentos	10

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de ativos substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

### 2.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## 2.10 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

Os benefícios atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria complementar, e os de assistência médica, são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente. As premissas atuariais incluem estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

## 2.11 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, até a data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido no final do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores financeiros nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes.

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados, com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda, e alíquota de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

## 2.12 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC09 - Demonstração do Valor Adicionado, que é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme as práticas adotadas no Brasil.

## 2.13 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A partir de 1º de janeiro de 2019, a companhia adotou os requerimentos contidos no pronunciamento CPC 06 (R2) - Arrendamentos e na interpretação ICPC 22 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o lucro.

### (i) CPC 06 (R2) - Arrendamentos

Dentre as mudanças para arrendatários, o CPC 06 (R2) eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

Com a adoção do CPC 06 (R2), a companhia deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento mercantis operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados e a despesa financeira apurada com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil.

A companhia, para fins de adoção inicial, adotou o método de abordagem de efeito cumulativo, não reapresentando suas demonstrações financeiras de períodos anteriores, bem como aplicou os seguintes expedientes:

(a) aplicou o pronunciamento aos contratos que foram anteriormente identificados como arrendamento mercantil operacional;

(b) o passivo de arrendamento foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, líquidos de impostos recuperáveis, quando aplicável, descontados os juros a vencer, utilizando a taxa incremental da companhia na data da aplicação inicial;

(c) o ativo de direito de uso foi reconhecido com base no valor do passivo de arrendamento, ajustado por qualquer pagamento de arrendamento antecipado ou acumulado referente a esse arrendamento, reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da adoção inicial. Não foram considerados na mensuração do direito de uso, na data de aplicação inicial, os custos diretos iniciais.

Em 1º de janeiro de 2019, a companhia reconheceu o valor de R\$ 13 nos saldos de ativo imobilizado e obrigações de arrendamentos mercantis e em virtude da mensuração dos ativos de direito de uso ser equivalente ao passivo de arrendamento; tais mudanças não impactaram o patrimônio líquido da companhia. No Balanço Patrimonial, os ativos de direito de uso estão apresentados no ativo imobilizado, enquanto os passivos de arrendamento são apresentados em fornecedor.

### (ii) ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A partir de 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a interpretação técnica ICPC 22, equivalente ao IFRIC Interpretation 23 - Uncertainty over Income taxes.

A ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro.

A Companhia não identificou impactos na aplicação do ICPC 22.

### 3 Estimativas e julgamentos financeiros críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas financeiras e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores financeiros de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

#### a. Vida útil dos ativos

A Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus ativos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no saldo de vida útil remanescente (nota 7).

#### b. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisões para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais (nota 15).

#### c. Plano de previdência complementar

A gestão do plano de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento.

A parcela da contribuição com característica de benefício definido esteve suspensa de 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2015, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do participante.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Com relação a planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições na forma contratual. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e equivalentes de caixa (a)	11	27
	<u>11</u>	<u>27</u>

(a) O saldo de Caixa e equivalentes de caixa está mantido no Banco do Brasil S.A. e está representado por quotas de fundos de renda fixa, que apresentaram valorização média de 115 % no período, com vencimento inferior a 90 dias.

### 5 Títulos e valores mobiliários

	31.12.2019	31.12.2018
Fundos de investimento (a)	194	224
Fundo exclusivo extramercado:		
Letras Tesouro Nacional (b)	98	-
Letras Financeiras do Tesouro ("LFT's")(c)	21	-
NTN-F (d)	16	-
	<u>135</u>	<u>-</u>
	<u>329</u>	<u>224</u>

(a) Mantidos no Banco do Brasil S.A., são representados por quotas de fundos de renda fixa com vencimento superior a 90 dias. Apresentaram valorização média de 115 % do CDI no período.

(b) As Letras do Tesouro Nacional são títulos com rentabilidade definida (taxa fixa) no momento da compra, a carteira de LTN contém títulos com vencimento entre 2020 e 2023.

(c) LFTs são títulos pós-fixados cuja remuneração é dada pela variação da taxa SELIC diária registrada entre a data de liquidação da compra e a data de vencimento. A carteira conta com operações de mercado futuro de juros com o objetivo de converter a remuneração pós-fixada em pré-fixada, em cumprimento às resoluções que regem os fundos Extramercados. Em 31 de dezembro de 2019, a carteira de LFTs da Companhia contém títulos cujos vencimentos ocorrem em 2024.

(d) As Notas do Tesouro Nacional série F (NTN-F) são títulos com rentabilidade definida (taxa fixa) no momento da compra. Em 31 de dezembro de 2019, a carteira de NTN-Fs da Companhia contém títulos cujos vencimentos ocorrem entre 2023 e 2029.

## 6 Imobilizado

	Tempo estimado de vida útil (anos)	2019			2018
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Gasoduto Bolívia-Brasil (i)	30	4.580	(2.978)	1.602	1.730
Imóveis e benfeitorias	10 a 25	15	(7)	8	4
Móveis, equipamentos e instalações de escritório	10	4	(4)	-	1
Máquinas e equipamentos Operacionais	10	22	(20)	2	1
Equipamentos e instalações de processamento de dados	5	15	(12)	3	2
Equipamentos e instalações de comunicação	5	6	(6)	-	-
Veículos	4	8	-	8	-
Estoque de sobressalentes	-	61	-	61	49
Imobilizado em andamento (ii)	-	51	-	51	10
		<b>4.762</b>	<b>(3.027)</b>	<b>1.735</b>	<b>1.797</b>

(i) A vida útil-econômica do Gasoduto Bolívia-Brasil foi determinada com base em laudo técnico de engenharia.

(ii) O imobilizado em andamento inclui melhorias operacionais no gasoduto.

	Gasoduto Bolívia Brasil	Ativos em construção	Equipamentos e outros bens de operação	Imóveis, Instalações e outros bens	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	1.878	26	51	9	1.964
Adições	-	27	-	-	27
Transferências	43	(43)	-	-	-
Baixa	(10)	-	-	-	(10)
Depreciação	(181)	-	(1)	(2)	(184)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	1.730	10	50	7	1.797
Adições	50	49	14	-	113
Adições do CPC 06	-	-	9	4	13
Transferências	5	(8)	-	-	(3)
Baixa	(2)	-	-	-	(2)
Depreciação	(181)	-	(1)	(1)	(183)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.602</b>	<b>51</b>	<b>72</b>	<b>10</b>	<b>1.735</b>

## 7 Partes Relacionadas

### a. Sistema Petrobras

	31.12.2019	31.12.2018
	Petrobras	Petrobras
<b>Ativo circulante</b>		
Contas a receber	242	139
Efeito cambial sobre a tarifa (i)	14	189
	<b>256</b>	<b>328</b>
<b>Passivo circulante</b>		
Contas a pagar	1	2
Adiantamentos de clientes (ii)	47	61
	<b>48</b>	<b>63</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
Adiantamentos de clientes (ii)	762	783
	<b>762</b>	<b>783</b>

### Resultado do exercício:

Receita bruta de serviços prestados - Nota 10	2.043	1.878
Despesas financeiras - Nota 13	(6)	(22)
Variações cambiais - Nota 14	(26)	(115)

#### (i) Efeito cambial sobre a tarifa

De acordo com termos contratuais, a tarifa de transporte praticada no ano é fixada em janeiro e mensalmente é calculada a diferença entre o valor apurado em reais com a paridade do dólar norte-americano do dia do recebimento, e a tarifa fixada em reais no início do ano. As diferenças apuradas mensalmente são registradas no resultado do exercício em que são apuradas, gerando um valor a receber ou a ressarcir à Petrobras, que será compensado na tarifa de transporte do ano seguinte, considerando as quantidades previstas nos contratos, com exceção para o último ano de vigência do contrato onde esta diferença é faturada no mesmo ano. No exercício de 2019 foi apurado o montante de R\$ 14 milhões a ser recuperado, via aumento de tarifa, no ano de 2020 (em 2018 foi apurado o montante de R\$ 189 milhões, a ser recuperado em 2019 via aumento da tarifa).

#### (ii) Adiantamentos de clientes

##### Petrobras

Refere-se a valor recebido em adiantamento do contrato TCO, aporado pela Petrobras, equivalente a US\$ 302 milhões, que foi destinado ao financiamento da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, conforme previsto no “Acordo de Acionistas da TBG para Aporte de Capital e outras Avenças”, e está sendo liquidado conforme a prestação de serviços de transporte pelo período de 40 anos, desde 2001.

Inclui o pré-pagamento para financiamento de expansão do trecho sul, que está sendo liquidado através da prestação de serviço num período de 20 anos, desde outubro de 2010.

Inclui também o pré-pagamento pelo uso de uma parte da faixa de servidão (área de passagem) do gasoduto pelo período de 20 anos, a partir de 25 de julho de 2001. Inicialmente este contrato foi assinado com a Gaspetro e em 1º de junho de 2012 foi cedido para a Petrobras.

### b. Operações com acionistas

Em 2019 as despesas financeiras com correção dos dividendos pela SELIC foram de R\$ 12 (R\$ 13 em 2018) e não houve juros creditados aos acionistas por conta dos empréstimos subordinados em decorrência da quitação em 2018 do mesmo (R\$ 29 em 2018).

	2019	2018
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (Nota 7(a))	6	22
BBPP Holdings Ltda.	4	12
YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda	1	5
GTB - TBG Holdings S.À. R. L.	1	3
Total dos demais acionistas	6	20

### c. Remuneração de pessoal chave (em reais)

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções de dirigentes da TBG, relativas ao mês de dezembro de 2019 e 2018 foram as seguintes:

	2019	2018
Remuneração de dirigente (maior)	80.471	80.471

### 8 Impostos e contribuições sociais

#### a. O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o lucro têm a seguinte origem:

	2019	2018
<b>Passivo</b>		
Depreciação fiscal do gasoduto	545	463
Lucro não realizado em operações com empresa de economia mista	53	69
Provisão para devolução de tarifa	-	-
Efeito da tributação da variação cambial pelo regime de caixa	(87)	(82)
Outras exclusões temporárias	(34)	(27)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado (efeito acumulado)	477	423
IRPJ e CSLL diferidos em outros resultados abrangentes	(5)	2
	<b>472</b>	<b>425</b>

#### b. Em 31 de dezembro de 2019 a expectativa de realização do passivo fiscal diferido é:

ANO	SALDO
2020	64
2021	54
2022	54
2023	54
2024	54
A partir de 2025	192
<b>Total</b>	<b>472</b>

### c. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

	2019	2018
Lucro líquido do exercício, antes dos impostos e após participação dos empregados	1.128	888
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro às alíquotas nominais combinadas (34%)	(383)	(302)
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro registrados no resultado do exercício</b>	<b>(383)</b>	<b>(302)</b>
Corrente	(329)	(168)
Diferido	(54)	(134)

### d. Provisão para imposto de renda e contribuição social

	2019	2018
<b>Imposto de renda e contribuição social registrados no resultado</b>	<b>383</b>	<b>302</b>
<b>Aumento (redução) do valor a pagar:</b>		
Pela tributação das perdas cambiais nas dívidas, somente quando realizados (regime de caixa)	5	7
Provisões temporárias	7	(4)
Depreciação fiscal do gasoduto	(82)	(92)
Diferimento do lucro com Sociedade de Economia Mista	16	(45)
<b>Provisão para imposto de renda e contribuição social registrada no passivo circulante</b>	<b>329</b>	<b>168</b>

### e. Tributos antecipados

	2019	2018
Imposto de Renda antecipado e retido na fonte	86	66
Contribuição Social antecipada e retida na fonte	25	19
PIS / COFINS	7	-
<b>Total Antecipado</b>	<b>118</b>	<b>85</b>

Os tributos acima serão compensados em 2020.

## 9 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social, subscrito e integralizado, estava representado por 203.288.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Os acionistas da Companhia, e suas respectivas participações acionárias, são os seguintes:

- 51% - Petrobras Brasileiro S/A. - Petrobras;
- 29% - BBPP Holdings Ltda. - BBPP;
- 12% - YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda.;
- 8% - GTB - TBG Holdings S.À. R. L..

### b. Reservas de lucros

#### Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social. Não houve destinação de lucro à reserva legal por esta já ter atingido o limite legal de 20% do capital.

### c. Dividendos propostos

Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 50% do lucro líquido, que em 2019 corresponde a R\$ 375. Em setembro de 2019 o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos intermediários com base no resultado até junho de R\$ 382, que superou o mínimo obrigatório. A proposta de dividendos encaminhada à Assembleia Geral Ordinária é de R\$ 363, por conta da destinação integral do lucro líquido do exercício de R\$ 745 para distribuição de dividendos, já descontados os dividendos intermediários pagos, de R\$ 382, em 21/10/2019.

Está assim demonstrado o montante da remuneração dos acionistas:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	745	586
Dividendos propostos	745	586
<b>Sendo:</b>		
Dividendo intermediário pago	382	293
Dividendo adicional proposto - patrimônio líquido	363	293
Dividendo intermediário pago - R\$ por ação	1,88	1,44
Dividendo adicional proposto patrimônio líquido - R\$ por ação	1,82	1,44

### 10 Receita operacional líquida

	2019	2018
<b>Receita bruta de serviços de transporte</b>	1.622	1.568
<b>Receita bruta de direitos não exercidos (breakage)</b>	421	310
<b>Total da receita bruta de prestação de serviços (Nota 7(a))</b>	2.043	1.878
Tributos incidentes sobre faturamento	(363)	(325)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.680</b>	<b>1.553</b>

## 11 Custo dos Serviços Prestados

	2019	2018
<b>Custo de operação e manutenção</b>		
Pessoal	105	87
Manutenção, conservação e reparos	46	36
Aluguel	18	18
Consumo de material	8	9
Utilização de sistemas de comunicação	3	3
Serviço de apoio operacional e outros	16	16
Despesas de viagens	2	2
Consumo de energia	38	33
	<b>236</b>	<b>204</b>

## 12 Despesas gerais e administrativas

	2019	2018
Pessoal	82	65
Honorários da Diretoria e do Conselho de Administração	5	7
Despesas com imóveis	5	4
Despesas com equipamentos, mobília e instalação	5	7
Despesas com serviços contratados	13	11
Despesas de viagens	2	1
Despesas de comunicação e gerais	5	7
	<b>117</b>	<b>102</b>

## 13 Despesas financeiras

	2019	2018
Fornecedores	1	-
Empréstimos e financiamentos	1	2
Empresas do Sistema Petrobras (nota 7 (b))	6	22
Empréstimo subordinado - demais acionistas	-	14
Juros sobre dividendos - demais acionistas	6	6
	<b>14</b>	<b>44</b>

## 14 Variação cambial de passivos

	2019	2018
Empréstimos e financiamentos	-	8
Empresas do Sistema Petrobras	26	116
Empréstimo subordinado - demais acionistas	-	16
	<b>26</b>	<b>140</b>

## 15 Contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações. Os processos com prognóstico de perda provável foram provisionados e estão incluídos no passivo circulante, em fornecedores, devido ao vínculo com contratos de fornecimento de serviços. Em 2019 montam R\$ 2 (R\$ 3 em 2018). Alguns processos foram classificados como sendo de risco de perda possível, a seguir mencionados, porém a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, não espera perdas financeiras nas ações em curso e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras.

### Contingências passivas

Pleito de empreiteira em razão de suposto desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor máximo de exposição da TBG é de R\$ 297 (R\$ 254 em 2018). Por outro lado, a TBG ajuizou ação pleiteando a condenação da empreiteira ao pagamento de indenização de perdas e danos em razão dos sucessivos inadimplementos contratuais. O valor pleiteado atualizado é de R\$ 194 (R\$ 167 em 2018).

Pleito de indenização por conta de prejuízos decorrentes da alta dos preços de produtos e materiais e da variação cambial ocorridos no curso da execução dos contratos de prestação de serviços. O valor máximo de exposição da TBG, atualizado, é de R\$ 132 (R\$ 114 em 2018).

Pleito de ressarcimento, no valor de R\$ 35 (R\$28 em 2018), por supostos prejuízos e custos adicionais decorrentes do contrato de prestação de serviços para a construção de ECOMP.

A TBG consta como polo passivo de diversas ações trabalhistas, na qualidade de responsável subsidiária. As referidas demandas são classificadas, em sua maioria, como possíveis, gerando valor de exposição máxima de R\$ 39 (R\$ 35 em 2018).

Multas e sanções de atos administrativos R\$ 21 (R\$ 18 em 2018).

Pleitos de natureza indenizatória, diversos autores R\$ 1 (R\$ 1 em 2018).

Contribuições previdenciárias decorrentes de fiscalização da Receita Federal do Brasil no valor de R\$ 3 (R\$ 3 em 2018).

Pedidos de ressarcimento ou restituição de IRPJ e II - R\$ 16.

### Contingência ativa - Não contabilizada

#### ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A TBG ajuizou em agosto de 2008 Mandado de Segurança para excluir das bases de cálculo do PIS e da COFINS os valores pagos a título de ICMS. Há repercussão geral da questão constitucional versada nos autos do Mandado de Segurança, com encaminhamento do recurso para 4ª Turma Especializada do TRF - 2ª Região para nova análise da matéria, tendo em vista o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal do RE nº 574.706/PR. A 4ª Turma Especializada deu parcial provimento ao recurso interposto pela TBG, concedendo o direito de compensar os valores indevidamente recolhidos com outros créditos administrados pela Secretaria da Receita Federal. O acórdão transitou em julgado em 09/04/2019. Ressalta-se que ainda está pendente de definição pelo STF Embargos de Declaração opostos pela União Federal que tem por objetivo esclarecer se o montante do ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS é equivalente ao ICMS efetivamente recolhido ou ao ICMS destacado nas notas-fiscais de prestação de serviços de transporte.

## 16 Instrumentos financeiros e gestão de risco financeiro

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da Companhia são corporativos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados principalmente à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do sistema Petrobras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros	Nota	2019	2018
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	11	27
Títulos e valores mobiliários	5	329	224
Contas a receber	7(a)	256	328
<b>Passivos</b>			
Fornecedores		65	43
Contas a pagar, incluindo adiantamentos - empresas do Sistema Petrobras	7(a)	810	846

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

### a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A Companhia concentra suas operações financeiras com o Banco do Brasil S.A. (notas 4 e 5), o que faz com que este risco seja reduzido.

Tendo em vista que a Petrobras é o único cliente da Companhia, ao qual possui um risco de crédito "BB-" na S&P e um positivo histórico de pagamento, é possível afirmar que o risco de crédito não é significativo.

### b. Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio do dólar norte-americano.

A viabilização financeira do projeto da Companhia baseou-se na contratação de empréstimos e aportes de acionistas, indexados substancialmente ao dólar norte-americano.

Os adiantamentos recebidos da Petrobras (Nota 8) cujo saldo em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 810 (R\$ 844 em 2018), embora incluam parcela vinculada ao dólar, não são considerados em risco, tendo em vista que sua liquidação dar-se-á através da prestação de serviços de transporte, que tem também indexação a essa moeda.

### c. Risco de Liquidez

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com gastos de capital, pagamentos de empréstimos, despesas operacionais, tributos e dividendos. Historicamente as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por recebíveis e realizáveis de curto e longo prazos e prestação de serviços de transporte. Estas origens de recursos somadas à posição financeira da Companhia tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital necessários à sua operação.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	MENOS DE UM ANO	ENTRE UM E DOIS ANOS	ENTRE DOIS E CINCO ANOS
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>			
Fornecedores e outras obrigações	65	-	-
Contas a pagar com empresas do Sistema Petrobras	48	48	144
	<b>113</b>	<b>48</b>	<b>144</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>			
Fornecedores e outras obrigações	46	-	-
Contas a pagar com empresas do Sistema Petrobras	68	68	204
	<b>114</b>	<b>68</b>	<b>204</b>

### d. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível I e não houve transferências de níveis no exercício.

## 17 Cobertura de seguro

O Gasoduto Bolívia-Brasil encontra-se segurado contra riscos de danos materiais, interrupção de negócios e responsabilidade civil. As coberturas foram contratadas pela Petrobras em nome da TBG. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os valores em risco e os limites máximos de indenização são os seguintes, em milhões de dólares norte-americanos:

Riscos segurados	US\$ milhões	
	VALOR EM RISCO	LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO
Danos materiais	5.017	1,31
Perda de receita bruta	506	154
Responsabilidade civil	250	250

O limite máximo de indenização confere à Companhia a necessária cobertura securitária considerando as características do bem segurado, a probabilidade de ocorrência de sinistros e seu valor de reposição.

### 18 Obrigações atuariais

	2019	2018
Plano de previdência complementar	39	17
Plano de saúde - AMS	93	72
	<b>132</b>	<b>89</b>

#### Previdência complementar

Todos os empregados da Companhia são participantes do plano Petros 2, estabelecido na modalidade de contribuição definida para os benefícios previdenciários e contribuição variável para os benefícios de risco.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método de unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2019 é de 23,3 anos.

#### Plano de saúde AMS - Benefício pós-emprego

A partir de 2014 os empregados da Companhia migraram para o plano de saúde AMS - Assistência Multidisciplinar de Saúde, mantido pela Petrobras. O plano é administrado pela própria companhia e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é o relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, que decorre tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde. Nesse sentido, a companhia busca mitigar esse risco por meio de aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como aprimoramento dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais e etários, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas

distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2019 é de 26,4 anos.

#### Resoluções CGPAR

Em 18 de janeiro de 2018, a Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações da União (CGPAR), através das Resoluções CGPAR nº 22 e 23 de 18 de janeiro de 2018, estabeleceu diretrizes e parâmetros de governança e de limites de custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde na modalidade de autogestão.

O objetivo principal das resoluções é viabilizar a sustentabilidade e o equilíbrio econômico-financeiro e atuarial dos planos de saúde das empresas estatais.

As empresas têm até 48 meses para adequação de seus planos às novas regras. Está em estudo os impactos que a implementação da Resolução CGPAR nº 23 poderá causar no plano AMS, dentre eles, uma provável redução no passivo atuarial, tendo em vista a mudança da regra de participação da empresa no custeio do plano, que passará a respeitar limite paritário, entre a companhia e os participantes.

#### Movimentação das Obrigações Atuariais

	2019			2018		
	Petros 2	AMS	Total	Petros 2	AMS	Total
<b>Obrigações atuariais no início do exercício</b>						
	17	72	89	15	42	57
Custos reconhecidos no resultado	2	15	17	3	10	13
Outros resultados abrangentes - ORA	20	6	26	(1)	20	19
	<u>39</u>	<u>93</u>	<u>132</u>	<u>17</u>	<u>72</u>	<u>89</u>
<b>Obrigações atuariais no final do exercício</b>						
	<u>39</u>	<u>93</u>	<u>132</u>	<u>17</u>	<u>72</u>	<u>89</u>

Os controles de premissas adotadas e a metodologia de cálculo das obrigações atuariais são corporativos e aplicados pela controladora Petrobras. As principais premissas atuariais e a análise de sensibilidade do plano Petro 2 e plano AMS estão divulgados em suas demonstrações financeiras.

Alexandre Jadallah Aoude  
Presidente do Conselho de Administração

Bruno Cesar Grossi de Souza  
Conselheiro

Marcel Takeshi Abe  
Conselheiro

Carlos Eduardo Ibañez Rodriguez  
Conselheiro

Marisa Celina Basualdo  
Conselheira

Helka Rodrigues Coelho dos Santos  
Conselheira

Erick Portela Pettendorfer  
Diretor Presidente

Carlos Alberto Rechelo Neto  
Diretor Financeiro

Marcelo Curto Saavedra  
Diretor de Manutenção e Operação

Jorge Roberto Abrahão Hijjar  
Diretor Comercial

Ricardo Souza de Holanda  
Contador - CRC-RJ-40722/O-2  
Gerente de Controladoria

## ➤ Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A – TBG**  
Rio de Janeiro – RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada

“Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase – Transação com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que a totalidade das operações de prestação de serviço relacionadas ao transporte de gás é realizada com a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 7 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedi-

mentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório de Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são

consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2020.

KPMG Auditores Independentes | CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Thiago Ferreira Nunes | Contador CRC RJ-112066/O-0

## ➤ Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A., no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, tomou conhecimento do Relatório Integrado da TBG - 2019 (que inclui o Relatório da Administração em atendimento à legislação societária Lei n. 6.404/76 e Lei 13.303/16) e procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, compostas do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado, dos Resultados Abrangentes e das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Considerando o trabalho de acompanhamento da Empresa desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, com base na análise da documentação apresentada, nas informações prestadas pela Diretoria Financeira e no Relatório da KPMG Auditores Independentes, que declara que as Demonstrações Financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da TBG em 31 de dezembro de 2019, o Conselho Fiscal, por unanimidade, entende que as referidas Demonstrações Financeiras e o Relatório Integrado 2019 estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

A Administração da empresa propõe a destinação integral do lucro líquido do exercício de 2019, no valor de R\$ 744.729.707,79, para pagamento de dividendos. Considerando a antecipação do pagamento de dividendos em 21/10/19, na quantia de R\$ 382.163.524,55, propõe-se a liquidação do saldo de R\$ 362.566.183,24.

Considerando as informações econômico-financeiras apresentadas pela Administração da TBG, o Conselho Fiscal opina, por unanimidade, que a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encontra-se apta a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2020.

Cristiano Gadelha Vidal Campelo

Júlio César Gonçalves Corrêa

Eduardo Poggi da Rocha

## ➤ Resumo e Conclusões do Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário

### 1 - Introdução

O Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE” ou “Comitê”) é um órgão colegiado de assessoramento ao Conselho de Administração (“CA”), composto atualmente por três membros, externos, nomeados pelo CA.

### 2 - Responsabilidades

O CAE tem suas atribuições definidas, dentre outros, pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), pelo Decreto 8.945/2016, pelo Estatuto Social da TBG e por seu Regimento Interno.

Compete ao Comitê de Auditoria Estatutário avaliar a qualidade e a integridade das Demonstrações Financeiras, a independência e a qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da Auditoria Interna, bem como a qualidade e a efetividade do Sistema de Controles Internos e da gestão de riscos.

Os administradores da TBG são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das Demonstrações Financeiras, gerir os riscos, manter um Sistema de Controles Internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades com as normas legais e regulamentares.

A Auditoria Independente é responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras e avalia também a qualidade e suficiência dos

controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstrações, emitindo opinião sobre elas, sustentada em procedimentos e padrões estabelecidos em normas que regem o exercício da profissão.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que a TBG está exposta, monitorando, avaliando e aferindo, de forma independente, as ações de gerenciamento destes riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto à qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

### 3 - Atividades do período

O CAE desenvolveu as suas atividades conforme previsto no seu Plano de Trabalho aprovado pelo CA. Essas atividades estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas a esse Comitê.

Em cumprimento às suas atribuições e competências, o CAE realizou no período 35 reuniões com: Conselhos de Administração e Fiscal, Comitê de Gestão de Riscos Empresariais, Diretoria Executiva, gestores das principais áreas da Companhia, auditorias interna e independente, Comitê de Auditoria Estatutário da Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras e representantes da PETROS- Fundação Petrobras de Seguridade Social, além de reuniões internas.

Nessas ocasiões, foram abordados os principais assuntos relaciona-

dos a cada área, tendo sido, quando aplicável, feitas recomendações de aprimoramento.

Não chegou ao conhecimento do CAE a existência e/ou evidências de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da Companhia, perpetradas pela administração, por funcionários ou por terceiros.

### 3.1 - Auditoria Interna

Nas reuniões realizadas foram avaliados, dentre outros, o processo de planejamento, sumários e relatórios dos principais trabalhos efetuados e o acompanhamento das principais recomendações de auditorias interna e independente e de órgãos externos de fiscalização e controle.

### 3.2 - Auditoria Independente

O CAE avaliou o planejamento e os resultados dos principais trabalhos realizados, suas conclusões e recomendações, principais assuntos de Auditoria e a conformidade com as normas de auditoria aplicáveis.

### 3.3 - Sistema de Controles Internos

A avaliação da efetividade do Sistema de Controles Internos foi fundamentada, principalmente, nos resultados dos trabalhos realizados pela auditoria interna e independente, pelos órgãos externos de fiscalização e controle e em informações e documentos recebidos de diversas áreas da TBG.

### 3.4 - Transações com Partes Relacionadas (TPR)

O CAE avaliou e monitorou em conjunto com a Administração e Auditoria Interna, a adequação das TPR, de acordo com a Política Interna de TPR e requerimentos legais.

### 3.5 - Parâmetros e resultado atuarial

Foram realizadas reuniões com as áreas responsáveis e com a entidade de previdência fechada sobre o processo de avaliação atuarial da TBG em relação ao fundo de pensão patrocinado pela Companhia, realizados debates e discutidas as conclusões dos trabalhos das auditorias interna e independente e avaliadas as premissas e os resultados atuariais.

### 3.6 - Gestão de Riscos

Foram avaliadas e monitoradas as principais atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos.

### 3.7 - Demonstrações Financeiras e Relatório Integrado

O CAE procedeu à revisão das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31/12/19. O Comitê tomou conhecimento do Relatório Integrado de 2019.

## 4 - Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas no âmbito das suas compe-

tências, e com as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu que:

### 4.1 - Sistema de Controles Internos

O Sistema de Controles Internos é adequado ao porte e à complexidade das operações da TBG e objeto de permanente atenção por parte da Administração. A atenção atualmente recai sobre o aprimoramento do mapeamento de processos e gestão integrada de riscos.

A cultura de controle e integridade é foco permanente de atenção da Administração.

As transações com partes relacionadas avaliadas e monitoradas no período observaram as normas aplicáveis.

Os principais parâmetros nos quais se fundamentam os cálculos atuariais do plano de benefício do fundo de pensão patrocinado, são razoáveis e estão alinhados com as melhores práticas do mercado.

As principais exposições a riscos vêm sendo gerenciadas adequadamente pela administração.

As fragilidades em processos, tratadas com a Diretoria, foram solucionadas ou estão em andamento.

### 4.2 - Auditoria Interna

A Auditoria Interna desempenha suas funções com independência, objetividade, qualidade e efetividade.

### 4.3 - Auditoria Independente

Não foram identificados fatos relevantes que pudessem comprometer a efetividade da atuação, objetividade e independência da KPMG Auditores Independentes.

### 4.4 - Demonstrações Financeiras

O Comitê, considerando os resultados dos trabalhos realizados e o relatório da KPMG Auditores Independentes, julga que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras de 31.12.19 e recomenda a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2020.

Cleber Santiago

Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário

Manuel Luiz da Silva Araújo

Membro

Paulo José Arakaki

Membro



